

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFSP
CAMPUS SÃO PAULO

AIRAÊ SOARES DE SOUZA

ESTRATÉGIA DIDÁTICA
O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SÃO PAULO – SP
2014

AIRAÊ SOARES DE SOUZA

ESTRATÉGIA DIDÁTICA
O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, como requisito para o título de Especialista em Formação de Professores – ênfase no Magistério Superior.

Orientação: Prof. Dr. Thomas Edson Filgueiras Filho

SÃO PAULO – SP

2014

S713e Souza, Airaê Soares de.

Estratégia de didática: o ensino de jovens e adultos na rede federal de educação profissional e tecnológica / Airaê Soares de Souza. São Paulo: [s.n.], 2014.
42 f.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Edson Filgueiras Filho.

Monografia (Especialização Lato Sensu em Formação de Professores com Ênfase no Magistério Superior) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2014.

1. Andragogia 2. Pedagogia 3. Modelos educacionais 4. Didática

I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

II. Título

CDU 370.0

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Thomas, meu orientador; ao meu ex-professor do curso Carlos Vinicius, pela sua atenção e opiniões bastante elucidadoras; às minhas companheiras de trabalho, Juliana Alvim e Nábila Pinto, pelo incentivo e apoio contínuo durante o cumprimento desta pesquisa; enfim, a todos aqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a qualidade da minha pesquisa.

AIRAÊ SOARES DE SOUZA

ESTRATÉGIA DIDÁTICA
O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, como requisito para o título de
Especialista em Formação de Professores.

Área de Concentração: Magistério Superior.

Data de aprovação: ___ de _____ de 20__

Prof. Dr. Thomas Edson Filgueiras Filho

Prof. Carlos Vinicius Vanzolin

Profa. Dra. Carla Cristina Fernandes Souto

RESUMO

Esse trabalho direciona-se especificamente aos atores do ensino de educação de jovens e adultos com o objetivo de colaborar com a qualidade do ensino e da aprendizagem, reduzindo assim, a evasão escolar, de acordo com a realidade contextual desses alunos em fase de suplência em escolas técnicas profissionalizantes. Apresenta os aspectos individuais da Andragogia, concebida em suas especificidades, como a arte e a ciência de ajudar os adultos a aplicarem a teoria à prática profissional. Inseridos estão os conceitos, princípios e pressupostos que se fazem necessários à educação de adultos, com vistas a favorecer a escolha de melhores estratégias de mediação de atividades de ensino e de aprendizagem nessa fase de vida.

Palavras-chave: Andragogia; Pedagogia; Modelos Educacionais, Didática.

ABSTRACT

This work is specifically intend for the actors of the youth and adults teaching of the in order to contribute with the quality of teaching and learning, thus reducing school evasion, according to the contextual reality of these students in vocational technical schools. It presents the individualized aspects of Andragogy, conceived in their specificities, as the art and science of helping adults to apply theory to practice. Inserted are the concepts, principles and assumptions that are necessary to adult education, with a view to encourage the choice of the best strategies to mediate teaching and learning at this stage of life.

Keywords: Andragogy, pedagogy, didactics.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONCEITOS	9
2.1 Pedagogia e Andragogia.....	9
2.2 O que ser adulto.....	14
3. DIDÁTICA E A EVASÃO ESCOLAR: ASPECTOS CONTUNDENTES....	15
3.1 Conceito de Didática	19
3.2 Educação e trabalho	21
3.3 O que é Educação Profissional	22
3.4 Síntese da formação de professores para educação profissional.....	27
3.5 Redução da evasão	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como proposta uma sugestão didática no ensino profissionalizante de jovens e adultos nas escolas técnicas federais, seguindo pelo menos – dois pressupostos que delimitam o ato de aprender e o desejo de reduzir a evasão escolar nesse nível de escolaridade em relação aos outros procedimentos no ato de ensinar.

Primeiramente, como aspecto delimitador em relação às diferentes posturas, trata-se de superar as ideias fantasiosas, para conceder espaço abrangente aos processos, aos costumes educativos, destacados pelo parâmetro social da didática moderna e a centralidade de que essa nova abordagem deve assumir.

Na tentativa de reduzir a evasão escolar, inúmeras são as determinantes que apontam para uma saída. No entanto, nessa busca, decidiu-se destacar a didática como uma das ferramentas a ser tomada como redutor de modo estratégico. Procura-se amplamente focalizar o problema da evasão escolar, relacionado com a metodologia de ensino como preocupação fundamental na retenção de uma clientela em sala de aula, diferenciando o aluno que esteve afastado dos bancos escolares por algum tempo daquele que sempre esteve frequente. Tal ruptura certamente prejudicou o aprendizado do estudante, exigindo do professor uma formação adequada para o desempenho do magistério nessa etapa.

A apresentação conceitual se organiza segundo uma ótica ligada também à psicologia, à pesquisa das raízes dessas interrupções e a uma visão multifacetada da história.

Desse modo, o texto pretende apresentar uma síntese da técnica didática cientificamente repensada e um instrumento de formação do intelectual-pedagogo, entre outros recursos integrantes das novas tecnologias, sob as quais devem ser retomados e priorizados e devolvidos ao senso crítico, utilizando os fatos históricos inseridos no contexto.

Para melhor entendimento da importância da didática na educação de jovens e adultos a profissionalizarem-se, julga-se necessário mencionar alguns aspectos

sobre o analfabetismo no Brasil, elemento intrínseco ao desenvolvimento do estudante em fase suplente levando em conta que, conviver com o analfabetismo e, se defrontar com um mundo totalmente diferente e muito rico de experiências, exige conhecimento de técnicas específicas para que se possa desbravá-lo com mais habilidade e eficiência.

O analfabetismo permanece enraizado em nossa sociedade embora seja maquiado em índices e dados não reais. Os números mascarados não conseguem esconder a necessidade de uma política mais rígida nos currículos escolares e nas salas de aula, sobretudo na formação de professores. Sendo assim, uma pesquisa se fez necessária para corroborar a discrepância de um cenário invadido pelo poder capitalista. O setor industrial e o de serviços cobram a reversão desta situação: uma das maiores reclamações no Brasil é a falta de qualificação da mão de obra, o que está correlacionado com a educação destes trabalhadores.

Ciente de que a discussão desse tema é um dever, como também as informações sobre os programas de atendimento e as diferentes formas de comunicação que proporcionem aos atores discentes maior interação com o mundo escolarizado e com o mercado de trabalho, espera-se que essa população de alunos possa ter mais acesso a informações e serviços de educação técnica, socialização e comunicação para melhor integração ao contexto profissional.

A ideia do que ensinar a cada comunidade estudantil depende de sua realidade concreta e de seus valores, pois, a educação em países de regime capitalista, no caso do Brasil, país de forte representação política, há uma tentativa de se reverter a situação com a aprovação de leis que incluem o estudo de temas ligados à África e aos afrodescendentes.

Demerval Saviani (1983) prioriza "as razões da educação como sendo, primeiramente a subsistência, seguida da libertação e da comunicação e, por fim, releva o objetivo da transformação intrínseca e extrínseca do indivíduo – fatores esses, vinculados à necessidade de cada um e relacionados fundamentalmente à motivação: "sem motivação não há aprendizagem".

Para Skinner (1983), o fator necessário é o reforço ou a recompensa enquanto Piaget considera a situação-problema como ponto fundamental. Na visão de Vigotsky (1988), a aprendizagem deve ser significativa, ter sentido e relação com o momento do estudante.

É importante sublinhar que a maturação, de acordo com o pensamento de Vygostky, “além da motivação, consiste em mudanças de estrutura, relativa à herança e ao desenvolvimento fisiológico do sistema nervoso”. Portanto, não há ensino quando não há aprendizagem. Para o ensino de jovens e adultos, é preciso que o professor conheça as normas e as técnicas de ensino como práticas e operações pedagógicas, envolvendo o conceito moderno de currículo, que se refere a todo o programa da escola, perfil do docente e atividades extraclasse. O currículo pode ter característica dimensional filosófica, sócio-antropológica e psicológica; aborda as especificidades de cada instituição, envolvendo a dinâmica do processo educativo num todo.

Alguns dos obstáculos de grande importância para a educação brasileira no EJA foram as mudanças curriculares, baixo interesse de gestores políticos, falta de professores preparados pedagogicamente para ensinar e preparar adultos. A globalização da economia também foi um fator preponderante na reforma da educação impondo o crescimento da competitividade na economia, além de reestruturação profunda, novos conceitos voltados à flexibilidade, qualidade, produtividade e superação da satisfação dos agentes de ensino.

Emparelhadas a esse panorama, criaram-se escolas públicas e privadas de ensino profissionalizante para jovens e adultos. Nesse período de aumento da qualidade na educação, vários pensadores se dedicavam ao desenvolvimento de teorias filosóficas e técnicas para melhor alcance de resultados.

No Brasil, o expoente desse grupo de pensadores foi Paulo Freire, educador dedicado às causas sociais e à andragogia (educação de adultos) cuja peregrinação tanto no Brasil, como pelo mundo foi notória.

"Ensinar exige estética e ética; ensinar exige a corporeificação das palavras pelo exemplo; ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; ensinar exige reflexão crítica sobre a prática; ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural..."
(Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia)

Durante duas décadas assisti alunos das séries iniciais até universitários e pude notar que a dificuldade em assimilar certas matérias era imensa, chegando a causar grandes traumas psicológicos. Partindo dessa experiência, constatei que a forma de ensinar interfere na relação professor e educandos, despertando ou não o prazer do estudante no que se refere ao estudo da matéria e à sua retenção na sala de aula e, conseqüentemente, sua permanência na escola, motivado pelo bom aproveitamento. Entre outros fatores, o professor que tem didática promove o conhecimento de forma natural, deixando uma imagem positiva sobre o aprender e o ensinar.

2. CONCEITOS

2.1 Pedagogia e Andragogia

A educação profissionalizante de jovens e de adultos não é uma invenção moderna. Com a evolução do ensino, o que tem mudado são os conceitos delimitativos. Entende-se que a Pedagogia é a filosofia, arte, ciência e a técnica da educação ao tratar do ensino de crianças, enquanto a Andragogia preocupa-se com o ensino de adultos.

A Andragogia (do grego: *andros* = homem. *Agein* = conduzir. *Logos* = tratado, ciência) - utilizada por biólogos, psicólogos, sociólogos e educadores, estudiosos da educação de adultos - se define como uma filosofia e arte que preconizam a diferença entre educação infantil e de adulto. Reconhecida a partir do século XX em países da Europa como França, Iugoslávia e Holanda. Nos Estados Unidos, Malcolm Knowles é considerado o criador da Andragogia destinada a auxiliar na aprendizagem e compreensão do processo de aprendizagem dos adultos.

Na visão de Ledo e Oliva (2003, p.1) consta que o francês Pierre Furter¹ foi a primeira pessoa a usar o termo Andragogia, descrevendo elementos da Teoria da Educação de Platão. A andragogia também é redefinida como uma ciência e arte auxiliar também na educação infantil, sendo que pedagogia e andragogia se complementam. Os adultos trazem consigo a maturidade, independência, livre escolha, vivência pessoal que lhes proporcionam experiências marcantes. Apesar dessas perspectivas, o sistema educacional continua ensinando o adulto com as mesmas ferramentas utilizadas para crianças.

No Brasil, atribui-se o termo Andragogia, normalmente à “alfabetização de adultos” ou à “escolarização tardia”, compreendendo tanto o estudo das formas de autodidatismo quanto daquelas em que a intervenção de outrem (individual ou coletiva) aparece como indispensável, distinguindo características como as apresentadas no quadro abaixo (FURTER, 1973).

¹ Pierre Furter - professor de Educação Comparada da Universidade de Genebra.

ANDRAGOGIA – REFLEXÃO	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer os fundamentos de uma didática válida para realizar adequadamente o processo de aprendizagem. • Estabelecer princípios técnicos e metodológicos que permitam o tratamento didático dos diferentes programas de Educação de Adultos.
CONDIÇÕES PARA APRENDIZAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • Significação • Compreensão • Ritmo • Expectativas • Participação • Ajuste • Desenvolvimento • Ordenação • Interdisciplinaridade • Integração
PAPEL DO PROFESSOR	<ul style="list-style-type: none"> • Interação andragógica (facilitador, orientador) • Planejamento, o controle técnico andragógico como uma de suas maiores responsabilidades.
DIFICULDADES	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de tempo • Acesso a bibliotecas • Laboratórios • Serviços, internet, entre outros.
BENEFÍCIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento • Autoestima • Responsabilidade • Capacidade intelectual de decisão de problemas

Fonte: Adaptação de Rh.com.br/andragogia, 2013

O estabelecimento de fundamentos de uma didática válida contribui para o processo produtivo e para a vida numa sociedade tecno-científica-informacional do estudante. Os princípios técnicos e metodológicos significam um preparo para o trabalho e também para as formas alternativas do trabalho. Andragogia, vinculada a uma estratégia didática, permite ao docente maior proximidade do estudante, satisfazendo assim de modo geral os seus objetivos individualizados.

O jovem e o adulto perguntam para que serve tal ensinamento, onde aplicá-lo e quando. Em que situação aplicará determinados conteúdos a serem adquiridos (conhecimentos, conceitos, habilidades, valores, atitudes) que favorecem uma ótica abrangente das coisas, capacidade de tomar decisões, espírito crítico e investigativo, capacidade de fazer análises globalizantes de interpretar informações, de trabalhar em equipes interdisciplinares. Essa pergunta deve ser respondida com clareza, satisfazendo expectativas ideais e objetivos traçados previamente pelo estudante sempre respeitando o tempo de cada, provocando a participação ativa sob a auto-avaliação, a avaliação do docente, dos colegas de classe e de si mesma – uma avaliação de 360°.

Outros fatores contribuem para o sucesso da aprendizagem e do ajuste contínuo do planejamento, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento do conteúdo, à coerência, à ordenação e a interdisciplinaridade, conforme já mencionado.

O papel do professor é de orientador, mediador, facilitador do processo de aprendizagem, enfatizando a cada momento a bagagem de informação trazida por seus educandos.

A disponibilidade de tempo, a dificuldade de acesso a bibliotecas, falta de laboratórios e outros recursos, não raramente são barreiras que travam o bom desempenho dos estudantes.

A finalidade da escola técnica é alimentar o mercado de trabalho com um capital intelectual que pode ser plurifacetado, sobretudo ao se tratar de rentabilidade e de resultados superiores, aumentando a rentabilidade e os resultados de uma organização. A andragogia sensivelmente agrega-se ao conceito de organizações que valorizam o aprendizado por criação, aquisição ou compartilhamento do conhecimento.

Nesse sentido, o profissional docente deve estar preparado ou capacitado para diagnosticar, planejar, executar e avaliar os planos de ensino de acordo com a sua clientela. Diagnosticar no sentido de verificar as necessidades de

desenvolvimento que os alunos têm, aliados às principais estratégias didáticas de ensino de jovens e adultos – não se trata apenas de passar um formulário de levantamento de necessidades, e sim de ter atitude proativa de atuar como mediador, reunir os todos os docentes e discentes envolvidos para discutir as necessidades a serem priorizadas.

Nesse processo de avaliação contínua, inicia-se a fase executiva para entendimento das direções (o quê, quem e quando), passando da teoria para prática propriamente dita. A avaliação continua de forma detalhada e ferramental.

A educação de adultos na escola técnica deve se pautar em objetivos, tais como

Objetivo imediato: é a aquisição de saberes práticos, tais como saúde, nutrição, educação sexual, educação ambiental, consumo e melhoria para o desempenho pessoal ou qualquer outro, para o qual o interesse seja dirigido.

Objetivo mediato: é a aquisição de saberes que proporcionem a reflexão, compreensão e intervenção na vida espiritual, pessoal, profissional, comunitária e política.

que atinjam expectativas no mundo real do trabalho, conforme alguns itens necessários discriminados a seguir:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ANDRAGOGIA	
1. Desenvolver capacidades de curto prazo	<ul style="list-style-type: none"> O tempo é dinheiro e urge aproveitar todas as aptidões latentes, despertando-as para usá-las em nosso próprio benefício, como pessoa, e do trabalho como profissional.
2. Aumentar conhecimentos	<ul style="list-style-type: none"> É o obvio da educação. Existe na teoria e se completa na prática.
3. Melhorar atitudes e comportamentos	<ul style="list-style-type: none"> É meta da educação sugerir a forma ideal de trabalho, aperfeiçoá-lo em sua execução.
4. Modificar hábitos	<ul style="list-style-type: none"> O habito faz o monge.
5. Aprender a aprender	<ul style="list-style-type: none"> O rápido desenvolvimento tecnológico que vêm passando as nações cria a necessidade da formação do cidadão mais qualificado não só para a participação no processo produtivo como mão de obra, como para consumidor dos bens que a sociedade produz.

Fonte: Adaptação de Rh.com.br/andragogia, 2013

2.2 O que é ser adulto

Segundo Oliveira (1988), adulto é o ser humano capaz de ver com objetividade o mundo e os acontecimentos da vida. Seu modo de se comportar baseia-se na capacidade de generalizar, julgar, deduzir, induzir seguindo uma linha de raciocínio. Adulto é aquele que sabe que é responsável por seus atos, por conseguinte responde socialmente por seus atos. É com o adulto que o jovem aprende a ser adulto, socializando-se ao internalizar os modos de comportamento e a assimilação de valores que governam o sistema de relações do mundo adulto.

O jovem é o mais determinado em prosseguir os estudos. Essa aspiração pode ser sentida mesmo entre aqueles que, atualmente, não estão frequentando nenhum curso ou que já terminaram seus estudos. De acordo com pesquisa apresentada no *III Colóquio Internacional de Evasão Escolar* (UFMG, 2013), há um estreitamento do ingresso dos alunos, começando dos 84% no ensino fundamental e terminando em 10% ao final da universidade. A evasão se inicia nos cursinhos preparatórios através da exclusão. Para os jovens brasileiros, é preciso ultrapassar todas as dificuldades da sucessão profissional. Não basta o diploma, é necessária a competência comprovada.

Dentre os alunos entrevistados aleatoriamente no saguão da Escola Técnica Federal no período de março a maio, três deles sintetizaram as entrevistas com as seguintes respostas:

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. <i>Em que rede escolar de ensino você estudou antes de ingressar no EJA? Você se identificava com a escola? Por quê?</i>	<p>Resposta 1: “Estudei na rede pública e me identificava muito na escola, porque era boa.”</p> <p>Resposta 2: “Estudei na rede pública. Eu achava a escola muito chata e muito exigente.”</p> <p>Resposta 3: “Estudei na rede pública, mas não gostava da escola porque os professores não me davam atenção.”</p>
2. <i>Você se identificava com os funcionários da escola? Por quê?</i>	<p>Resposta 1: “Não, porque eles me excluíaam por ser mais velho.”</p> <p>Resposta 2: “Sim, os funcionários da escola eram educados na medida do possível.”</p> <p>Resposta 3: “Não. Os funcionários só davam atenção aos que tinham condições financeiras.”</p>
3. <i>O que você achava dos professores e colegas?</i>	<p>Resposta 1: “Os colegas eram bons, mas dos professores eu não gostava, porque eles não me davam atenção.”</p> <p>Resposta 2: “Meus colegas eram maravilhosos, os professores eram muito exigentes e incompreensíveis.”</p> <p>Resposta 3: “Tinham uns professores que eram legais e outros chatos, mas meus colegas eram super legais.”</p>
4. <i>Qual o motivo que a/o levou a desistir dos estudos? Por quê?</i>	<p>Resposta 1: “A escola era muito chata.(não soube responder porque a escola era chata)”</p> <p>Resposta 2: “Engravidiei aos 18 anos e tive que ir</p>

	<p>trabalhar.”</p> <p>Resposta 3: “Os professores me achava incapaz de acompanhar a turma.”</p>
<p>5. <i>Por que você resolveu voltar aos estudos?</i></p>	<p>Resposta 1: “Preciso melhorar a minha aposentadoria com uma profissão melhor. Já me sinto mais capaz e maduro para enfrentar os estudos de novo.”</p> <p>Resposta 2: “Conto com a compreensão dos professores quando houver necessidade, pensando também no meu direito de aluna e cidadã, pois quando estava grávida e me sentia mal, recebia falta e nem mesmo deixava fazer os trabalhos no dia seguinte, alegando que eu seria incapaz de fazê-los sozinhas. Isso me desestimulou.”</p> <p>Resposta 3: “É bem cansativo porque trabalho na construção civil. Tentei estudar a distância mas logo fiquei “infatiado” e abandonei. Tentando novamente. Agora acho que vai.”</p>
<p>6. <i>Por que você resolveu estudar em uma escola técnica profissionalizante?</i></p>	<p>Resposta 1: “Pra me sentir melhor e me animar mais entre pessoas da minha idade ou próximas. As empresas se voltam cada vez mais para o pessoal técnico.”</p> <p>Resposta 2: “Preciso de uma profissão. Só o ensino médio não basta para concurso nem pra trabalho. Os empregadores exigem mais dos candidatos.”</p> <p>Resposta 3: “Parece que encontrei o meu lugar. Sinto que o que aprendo me será útil. Foi um amigo que me aconselhou a estudar no EJA.”</p>
<p>7. <i>Como é o seu relacionamento com professores, colegas desta nova escola pra você?</i></p>	<p>Resposta 1: Muito bom. Me tratam como pessoa e respondem as minhas dúvidas. Me sinto ouvido.”</p> <p>Resposta 2: “No começo estranhei um pouco porque fiquei muito tempo afastado. Gente nova, novas tecnologias. Quando parei de estudar nem tinha computador ainda. Agora ficou bem melhor e mais interessante. Venho pra escola com prazer e fico chateado quando falta algum professor.”</p> <p>Resposta 3: “Tô gostando muito. Já faço alguns trabalhos com menos dependência. Se tenho dúvidas pergunto pros professores e,... até agora tudo correndo bem. Quero fazer um curso superior.”</p>
<p>8. <i>Qual a importância do estudo</i></p>	<p>Resposta 1: “O estudo é importante para qualquer pessoa.</p>

para você?

Acho que a gente precisa ter uma base cultural para acompanhar a evolução do mundo. Estudar faz parte do desenvolvimento de uma pessoa.

Resposta 2: “E para nós jovens, o estudo é importante principalmente pela vivência estudantil. E a vivência estudantil que eu digo é esse conviver com pessoas de diferentes culturas, independente das idades, trocando ideias e experiências. Porque a pessoa que não estuda, fica bitolado; não em base cultural e nem convivência.”

Resposta 3: “A respeito da profissionalização, é o mercado de trabalho que entra em jogo. E para o futuro profissional, uma das coisas mais difíceis é a parte do emprego, a falta de estágios. O ensino está bom, mas o nível dos cursos é relativamente ineficiente.”

Muitos dos alunos que frequentam cursos técnicos do EJA são trabalhadores (as), casados (as), com filhos, sensíveis e coerentes perante a realidade. O profissional docente reconhece o seu papel de educador, na exigência da flexibilidade, tolerância e coesão, para assim acolher seus alunos diante de qualquer situação.

3. DIDÁTICA E A EVASÃO ESCOLAR: ASPECTOS CONTUNDENTES

Entende-se por “evasão escolar” o conjunto do fracasso escolar do estudante e da própria instituição escolar, cujas causas podem ser obtidas por meio de entrevistas e consultas a boletins fornecidos por secretarias escolares. Dessas consultas deverá constar a produtividade dos estudantes na escola.

Hipoteticamente, uma das causas da evasão escolar é o menosprezo - por parte do docente - à didática específica como um meio essencial para o ensino e para a aprendizagem. Algumas indagações relativas se afluíram no decorrer dessa investigação, porém, convém começar por uma questão contundente e fundamental:

- Que sentido absoluto pode ser dado à didática quando se pensa em evasão escolar?
- A prática da didática adequada no ensino técnico de jovens e adultos seria um dos fatores da redução dos altos índices de repetência e da evasão escolar?
- A didática está relacionada à qualidade na formação de professores ou é um caráter subjetivo que mesmo sendo parte do currículo surte efeito relativo em sala de aula?

Ainda numa suposição pessoal como exploradora desse tema:

“Os professores acreditam que ‘alunos adultos sabem muito bem como aprender sozinhos, sem a necessidade de didática específica’ e, por isso, tais profissionais desconsideram tal ferramenta como essencial para o ensino-aprendizagem?”

“O que importa é o conteúdo. Didática é somente para crianças?”

“Há uma ausência de responsabilidade social como qualidade na profissão docente?”

Como resposta, entendo que seja preciso compreender a didática como responsável pelo direcionamento do estudante. Filosoficamente, a didática pode também servir de instrumento para a efetivação de uma concepção de ensino.

A proposta é emparelhar “didática e a evasão escolar”, expondo a ideia, não de que a didática é um remédio para evasão, mas, sim uma das alternativas para evitar o desânimo e, por fim, a desistência consumada. Quando um aluno desiste de estudar, dificilmente, ou tardiamente, retorna aos bancos escolares. É fundamental que seja revista e aplicada a didática como parte inerente do ensino-aprendizagem e não como uma opção.

Com a evolução industrial na Era Vargas, percebeu-se os altos níveis de analfabetismo do povo brasileiro e a necessidade de melhoria na qualidade da educação do país. Tal situação exigiu do governo getulista providências no sentido de criar um fundo destinado à alfabetização da população economicamente ativa, adulta e analfabeta. Com o fortalecimento dos princípios democráticos no país e o enfraquecimento da ditadura, a Organização das Nações Unidas para a Educação e, Ciência e Cultura – UNESCO solicitou aos seus membros a apresentação dos índices de alfabetismo em cada país, exigindo dessa forma, que a amostra fosse satisfatória. O Brasil começou a tomar providências a respeito e, em 1947, lançou a 1ª Campanha de Educação de Adultos, com o objetivo de alfabetizar em curto espaço de tempo (três meses), ofertando em duas etapas o curso primário, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Nessa dinâmica, o quesito educação no Brasil passou a ser alvo prioritário e plataforma política de muitos candidatos a cargos públicos. Por causa do escasso desenvolvimento brasileiro, o analfabetismo passou a ser o retrato dessa mesma situação: o adulto iletrado era considerado um cidadão pela metade, incapaz de agir e pensar por si mesmo, submetido à escravidão cultural, econômica, jurídica e política – nem o direito de votar ou ser votado ele tinha. (CUNHA, 1999)

Mesmo o Brasil tendo herdado características agrárias, a década de 90 apresentou novas características tecnológicas e um novo cenário nacional. A globalização, apesar de perversa, conforme estudos de Viviane Forrester² (1997, p.

² Viviane **FORRESTER**, em 'O horror econômico' (1997), faz o levantamento da atual crise global do trabalho. Para a autora, o cenário de crise leva em conta que a nova estrutura de produção como uma das positivities maiores do capitalismo pós-industrial, presente nos países centrais e também nos periféricos, não proverá emprego para a população ativa. Os problemas envolvidos por essa realidade econômica aparecem como um drama moral que julga o próprio projeto civilizatório da

7), também contribuíram para a evolução econômica desse período e exigiu que a tivesse uma atitude mais consciente sobre o seu papel sociopolítico. As máquinas já não eram suficientes se em paralelo não estivessem as mentes brilhantes de engenheiros e técnicos. Assim, novas metodologias de qualidade de ensino para melhor aproveitamento da mão de obra qualificada – uma educação sempre atendendo às exigências do mercado. O ser humano passou a ser considerado um capital social.

Com o decorrer das atividades, os burocratas da educação passaram a tirar o foco das máquinas, voltando-se para o capital humano, passando a valorizá-lo e a tratá-lo como parte integrante da instituição educacional. A partir daí, esses gestores passam a fazer estudos destinados ao comportamento do estudante e à sua capacidade de melhores resultados.

Nos dias atuais, observa-se nitidamente que as grandes instituições de ensino voltaram o seu olhar para a gestão educacional, na busca de ferramentas estratégicas para que sejam implantadas e paralelamente possam atender aos objetivos do estudante e do mercado, no que se refere à satisfação, ao conforto e à valorização do capital intelectual.

No que tange à formação de professores, à medida que o tempo passa, é evidente que os docentes procuram maior estabilidade em seus empregos, qualidade de vida, satisfação, reconhecimentos em suas tarefas, além da valorização pessoal e profissional.

Para as escolas, a sinergia entre a satisfação salarial e motivacional para cumprimentos de tarefas vem se tornando um desafio tanto para o professor como para o estudante, embora seja um fator de destaque, quando alcançam o bom êxito, despontando no cenário nacional com grande competitividade. A ferramenta estratégica de uma instituição educacional dentro da didática e da avaliação da aprendizagem pode ser utilizada por um gestor na análise das causas e efeitos negativos ou positivos de tal instrumento.

modernidade. O raciocínio é bem mais do que uma suposição. “É um desenvolvimento lógico do horror econômico fabricado no laboratório dos economistas naquele final de século”.

O objetivo da exploração deste tema é também contribuir para a melhoria da qualidade de ensino, pensando tanto na formação de professores, quanto na interação e satisfação da comunidade estudantil. Acredito que esse trabalho possa ser útil a alunos que se preparam para a ocupação de uma sala de aula bem como para educadores de outras modalidades de ação educativa.

De modo singular, a metodologia adequada visa à obtenção de uma aprendizagem de qualidade, suficiente para atender as exigências do mercado econômico conjugado à satisfação pessoal do estudante. Outro fator evidente nessa proposta é a preocupação com a sustentabilidade da instituição, considerando também a avaliação da aprendizagem como um diferencial estratégico na qualidade do ensino público ou privado, não destacando em si, nível ou modalidade.

A partir dessa discussão, envolvendo a análise e interpretação dos dados coletados, busca-se questionar e elucidar indícios das causas e as consequências da evasão escolar influenciadas pela inadequação da didática na educação técnica-profissional.

3.1 Conceito de Didática

A história da educação atualmente é um misto de várias histórias envolvendo, desde as óticas diversas dos métodos variáveis, resultando em características heterogêneas dotados de autonomia, de setorialidade, da história social. (GAMBI, 1999; p.30)

Um setor extremamente autônomo e organizadores envolvidos é o referente às instituições educativas, com a escola em primeiro lugar, abrangendo a família, os grupos sociais, o trabalho e outros aparelhos repressores. “A história dos docentes e outros e da didática, a história legislativa e da “vida interna” da escola, com suas regras, e normas, constituem-se e articulam-se por meio de metodologias entrelaçadas objetivando satisfazer interesses políticos”. (GAMBI , 1999: p.31; 35)

Pensando nisso, faz-se mister analisar e verificar procedimentos didáticos aplicados ao aluno do EJA. Entende-se que por estar fora do seu ambiente educacional e etário, a didática específica deve ser planejada e reestruturada para que seja alcançado um fim satisfatório tanto para os alunos como para os atores do magistério.

Mas, o que é didática?

A didática é o principal ramo da Pedagogia, investigando os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino (...). Com base em seus vínculos com a Pedagogia, generaliza processos e procedimentos obtidos na investigação das matérias específicas, das ciências que dão embasamento ao ensino e à aprendizagem e das situações concretas da prática docente.

No caso do ensino de jovens e adultos, a didática deve abranger a realidade do aluno de forma mais individualizada possível, integrando de modo holístico os momentos pessoais, sociais e profissionais do educando. Entre os conteúdos básicos da didática figuram os objetivos e tarefas do ensino na nossa sociedade. A didática se baseia numa concepção de homem e sociedade e, portanto, subordina-se a propósitos sociais, políticos e pedagógicos (LIBÂNEO, 2002; p. 28)

Considera-se que a didática descrita explica os nexos, relações e ligações entre o ensino e a aprendizagem; investiga os fatores co-determinantes desses processos indica princípios, condições e meio de direção de ensino, tendo em vista a aprendizagem, que são comuns ao ensino das diferentes disciplinas de conteúdos específicos.

A Didática é uma disciplina técnica que “tem como objeto específico a técnica de estimular, dirigir e encaminhar, no discurso da aprendizagem, a formação do homem”. (AGUAYO, 1966)

A escola pública deve ser democrática, garantindo a todos o acesso e a permanência, ao proporcionar um ensino de qualidade que leve em conta as

características específicas dos alunos que atualmente a frequentam. Deve envolver colegiado de diretores, professores e pais (Libâneo, 2002; p.37)

Neila Tonin Agranionih (Colóquio de Pesquisa, Erechim/RS, Nov. 2012) explica sobre a ocorrência da transposição nos âmbitos externo e no interno escolar relacionado ao curricular formal e real. Esclarece que o primeiro conceito constitui-se na passagem do saber sábio ao saber a ser ensinado. No âmbito interno ocorre no momento em que a escola se apropria desse saber e o transfere aos alunos. Aponta a transposição didática *stricto sensu*, como sendo uma evolução das ideias analisadas em relação a um determinado conceito, e a transposição didática *lato sensu*, sendo uma análise desenvolvida no contexto mais amplo.

Chevallard (2001) vê a “*transposição³ didática* como o trabalho de fabricar um objeto de ensino, ou seja, fazer um objeto de saber produzido pelo “sábio” ser objeto do saber escolar”. É necessário estudar a transposição didática de forma ampla, pois o conhecimento científico passa por profundas transformações desde sua produção até chegar ao aluno. Estas transformações ocorrem na fase de registro, denominada textualização do saber.

3.2 Educação e trabalho

A educação para o trabalho não tem sido tradicionalmente colocada na pauta da sociedade brasileira como universal. O não entendimento da abrangência da educação profissional na ótica do direito à educação e ao trabalho, associando-a unicamente “formação de mão de obra”, tem reproduzido o dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população, levando, inclusive, a se considerar o ensino normal e a educação superior como não tendo nenhuma relação com a educação profissional. (PROEP, 2000, p.11)

A herança escravista influenciou preconceitosamente as relações sociais e a visão da sociedade sobre a educação e a formação profissional. O desenvolvimento

³ Transposição didática: termo introduzido em 1975 pelo sociólogo Michel Verret e teorizado por Yves Chevallard no livro *La Transposition Didatique*, apresentando as transposições que um saber sofre quando passa do campo científico para a escola. O pesquisador alerta para a importância da compreensão deste processo por aqueles que lidam com o ensino das disciplinas científicas.

intelectual, proporcionado pela educação escolar acadêmica, era visto como desnecessário para a maior parcela da população e para a formação de mão de obra. Não se reconhecia vínculo entre educação escolar e trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria educação formal ou profissional.

Atualmente, a educação profissional não tem sido um simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional, baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo com apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. (PROEP, 2000, p.11)

3.3 O que é Educação Profissional

A educação de jovens e adultos possibilita aos indivíduos desenvolver seu potencial e suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, visando a um nível técnico e profissional mais qualificado. No Brasil, a EJA passa a se tornar uma “modalidade de ensino” na década de 60, mais precisamente em 1967. A partir deste ano até os dias atuais, essa sofreu mudanças significativas, passando pela alfabetização de jovens e adultos, até o ensino profissionalizante.

A educação profissional no Brasil inicialmente era destinada a “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, assumindo um caráter assistencialista. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1809, o príncipe regente, D. João VI, assinou um decreto autorizando a construção do Colégio das Fábricas/Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1816, era proposta a criação de uma Escola de Belas Artes, articulando o ensino das ciências e do desenho para os ofícios mecânicos. Em 1861, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, por meio de um Decreto Real,

formava futuros candidatos para o preenchimento de cargos públicos das secretarias de Estado.

Com o objetivo de “diminuir a criminalidade e a vagabundagem”, a primeira casa de educandos e artífices – das dez construídas a partir da década de 40 do século XIX, abrigava menores abandonados. Em 1854, por Decreto Imperial, criou-se “Asilos da Infância dos meninos desvalidos” para que fossem “alfabetizados e encaminhados às oficinas públicas e particulares, fiscalizados pelo Juizado de Órfãos. (PROEP, 2000, p.11)”

A educação de jovens e adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebem os jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é frequente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

No Brasil, o campo consolidou-se com influência das ideias do educador Paulo Freire e, em forte relação com o movimento de educação popular. Os motivos que mais provocam a evasão escolar estão retratados no quadro abaixo.

MOTIVOS PARA EVASÃO ESCOLAR DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA RDE FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Influências %
Desinteresse dos professores pela formação dos alunos	17,0
Dificuldade com os procedimentos de avaliação do curso	30,2
Dificuldade de conciliar curso técnico com outro curso	40,0
Dificuldade de conciliar estudo e trabalho	30,2
Dificuldade de se adaptar à modalidade do curso	22,9
Dificuldade de seguir as aulas: falta de base teórica / prática	19,4
Distância entre escola e casa/trabalho	20,6
Estresse por passar o dia todo na escola	24,1
Falta de interesse ou afinidade pela área/profissão	28,4
Falta de motivação para continuar os estudos	31,0
Fracasso escolar	25,2
Insatisfação com o curso técnico	29,4
Necessidade de trabalhar	39,4
O curso não era atrativo	21,2
Possibilidade de ingressar em curso superior	39,2

Fonte: UFMG, 2005-2010

Rosemary Dore⁴ (2013), coordenadora de uma pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais, levanta as razões que levaram esses alunos a abandonar seus cursos entre 2006 e 2010, conforme quadro acima. "Nossos resultados mostram que os motivos mais presentes no abandono escolar da escola técnica de nível médio não se referem ao "desinteresse pela escola", mas, principalmente, a questões socioeconômicas, como dificuldade de conciliar estudo e trabalho e necessidade de trabalhar."

Léa Depresbiteris⁵ (1989) não usa o termo "ensino profissionalizante". Prefere "educação profissional", considerando este último, mais abrangente em relação ao trabalho em sua dimensão real, social e histórica, essencial para o desenvolvimento do ser humano e para a sociedade. Nessa perspectiva, a educação profissional busca integrar saberes diversos para uma ação consciente. A autora aponta que uma das grandes vantagens para as empresas é poder contar com profissionais inovadores e criativos, portadores de uma formação integrada e flexível com maior potencial de empregabilidade e poder de negociação na oferta de sua força de

⁴ Rosemary Dore é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

⁵ Léa Depresbiteris (1946-2012) - Pedagoga especialista em avaliação formou professores e escreveu mais de dez livros, como, por exemplo, "Avaliação na Educação Profissional".

trabalho, vendo como pontos fortes “o investimento em escolas técnicas e, como frágeis a necessidade de sólidos sistemas de pesquisa científica e tecnológica e com eficientes sistemas de comunicação entre pesquisa e produção, vinculadas a questões éticas”.

A identidade do profissional é construída para mobilizar competências e capacidades como, por exemplo, tomar decisões, argumentar, trabalhar em equipes, resolver problemas novos e agir com procedimentos éticos.

Depresbiteris (1989) enfoca a importância da educação profissional nos países europeus como modalidade de ensino com potencial para oferecer aos jovens e adultos preparo ao longo de sua vida, a valorização do professor e o preparo para ministrar aulas.

No Canadá, o Ministério da Educação propôs a melhoria do sistema de reconhecimento e crédito para milhares de desempregados canadenses devido à falta de reconhecimento de suas aprendizagens e propôs melhorar o funcionamento das instituições existentes, criar novas instituições, técnicas e instrumentais, e comprometer a participação dos empresários.

Em alguns países asiáticos, como, por exemplo, a Coreia, está havendo grande ênfase do governo para a utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação. Tendo em vista a opção de uma educação aberta ao longo da vida, criou-se a Lei da Educação ao Longo da Vida, em 1999, base para um sistema de educação aberta.

No Brasil, está sendo vista como fundamental para o desenvolvimento nacional a ampliação da rede de escolas técnicas. A contribuição do sistema “S” (Senai, Senac e outros) possibilitam uma estrutura diversificada de ofertas para diferentes públicos nas formas presencial, semi-presencial e a distância nas mais remotas regiões do país, enfatiza Depresbiteris (1989).

Para Perrenoud (1999, p.46)

“(...) quem aprende são aqueles que investem em cada situação grandes recursos intelectuais, referências culturais, vontade de aprender, curiosidade, coragem de enfrentar riscos e mil e um ingredientes que fazem deles bons alunos. Os outros precisam de situações melhor pensadas, mais mobilizadoras, melhor adaptadas ao seu perfil, ao seu nível, à sua maneira de aprender, em suma, situações que criem obstáculos transponíveis que o aluno terá vontade de transpor. Ora, para serem ótimas, essas situações deverão ser diferenciadas.(...)”

Perrenoud concorda com Depresbiteris quando relembra que o fator em jogo é, primordialmente, didático e pedagógico: conceber, coordenar, fazer evoluir uma situação, enriquecê-la, torná-la complexa ou simplificá-la de forma coerente.

Assim,

... ensinar consiste em guiar e acompanhar um processo de aprendizagem, agindo sobre a situação e, por meio dessa situação, poder agir sobre o aluno. Um professor que tivesse todo o tempo do mundo para se dedicar a um único aluno não inventaria as situações ideais, em particular se o aluno tiver grandes dificuldades ou recusar-se a enfrentar desafios cognitivos, como um cavalo indócil que refuga o obstáculo.

Perrenoud (1993) acrescenta que o contrato didático sugere que a avaliação formativa integra-se de uma forma natural à gestão das situações-problema. Às vezes, as vertentes do *feedback* variam, podendo ser ora o professor, ora o aluno. De modo geral, a própria realidade se encarrega de montar o cenário, resistindo aos prognósticos e contradizendo-os.

No Brasil, há uma grande diversidade de processos educacionais em escolas técnicas públicas e privadas, vivenciadas por jovens e adultos. Muitas dessas instituições possuem longa experiência com educação formal ofertada por agências governamentais e ONGs.

Essa diferenciação realiza-se como um espaço determinado, construído em encontros intersociais. O quadro das necessidades jovens dentro do que se pode chamar de educação profissional e tecnológica apresenta-se atualmente muito vasto. A pressão para a exploração capitalista tem sido implacável, não importando a que setor se dirija. Em todas as regiões do país, de norte a sul, os jovens têm sido assediados em sua força de trabalho, por agentes do modelo do desenvolvimento

econômico predador. Combater as causas da evasão no Brasil é primordial para o sucesso dos cursos. É um incentivo a toda a comunidade estudantil.

Marchesi (2005) declara que os fracassos se acumulam ao longo do trajeto de vida pessoal e escolar, muitas vezes, levando o aluno a abandonar a escola antes mesmo de completar o ciclo.

“A educação profissional é, antes de tudo, educação.” Por isso mesmo, rege-se pelos princípios explicitados na CF e na LDB. A igualdade de condições, para valorização dos profissionais da educação e os demais princípios consagrados pelo art 3 da LDB contemplam devidamente a formulação e o desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas e demais instituições de educação profissional. (PROEP, 2011, p. 25)

Envolta nos direitos humanos, a educação profissional está assim convocada a contribuir para a universalização daquele cujo exercício permite às pessoas ganhar sua própria subsistência e, com isso alcançar dignidade, o respeito próprio e o reconhecimento social como seres produtivos. O direito de todos à educação para o trabalho é, evidentemente, o principal suporte da política da igualdade como princípio orientador da educação profissional.

“(...) A qualidade da preparação para o trabalho dependerá cada vez mais do reconhecimento e acolhimento de diferentes capacidades e necessidades de aprendizagem; de interesses, trajetos e projetos de vida diferenciados, entre outros fatores, por sexo, idade, herança étnica e cultural, situação familiar e econômica e pertinência a ambientes sócio-regionais próprios de um país muito diverso” (PROEP, 2011, p.29)

A singularidade dos cursos de educação profissional de nível técnico depende essencialmente da atenção simultânea das demandas das pessoas, do mercado de trabalho e da sociedade. A partir daí, é traçar o perfil profissional de conclusão da habilitação ou qualificação prefigurada, o qual orientará a construção do currículo. (FREIRE, 2008)

3.4 Síntese da formação de Professores para a educação profissional

A carência de teorias firmes e de políticas públicas abrangentes e contínuas tem sido uma das características principais das iniciativas de formação de docentes especificamente para a educação profissional brasileira.

O início dessas iniciativas constituiu-se em 1917, com a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, no antigo Distrito Federal. Muitas dificuldades surgiram nessa escola fechada em 1937 que chegou a ter 5.301 matriculados durante este período, mas habilitou apenas 381 professores (309 mulheres), em sua grande maioria para atividades de trabalhos manuais em escolas primárias. Segundo Peterossi (1994), em 1917, na Escola “Wenceslau Brás”, no Rio de Janeiro, houve cursos para docentes das escolas profissionais.

Em 1942, a demanda por este tipo de formação foi acatada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial,

“Cabe ainda ao ensino industrial formar, aperfeiçoar ou especializar professores de determinadas disciplinas próprias desse ensino, e administradores de serviços a esse ensino relativos.”

sem consequências práticas importantes. O principal destaque nesse período foi a implantação do primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Industrial, em 1947, no Rio de Janeiro, com duração de um ano e três meses, inspiração da Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), apoiando a formação de gestores, enviando, neste mesmo ano, dois grupos de dez diretores de escolas técnicas industriais para o curso de Administração de Escolas Técnicas do *State College* (Pensilvânia, EUA) (OLIVEIRA JUNIOR, 2012).

Com a LDB nº 4.024/1961, art. 59, - regulamentada em 1967 e 1968 - dois objetivos foram estabelecidos para a formação de professores. Em faculdades de filosofia, ciências e letras, os que se destinassem ao magistério no ensino médio. Em cursos especiais de educação técnica, os que se habilitassem para disciplinas do ensino técnico. Antes desta regulamentação, o MEC chegou a tomar algumas iniciativas. Em 1961, baixou a Portaria Ministerial 141/61, que estabeleceu normas

para registros de professores do ensino industrial e o Conselho Federal de Educação emitiu parecer (parecer CFE nº 257/63) para aprovar o curso especial de educação técnica em cultura feminina, destinado a formar o magistério de economia doméstica e trabalhos manuais.

O MEC definiu, também, pela Portaria Ministerial 174/65, a carga horária (800 aulas) e o número mínimo de dias letivos (180) do curso de didática do ensino agrícola. Houve ainda, em 1965, a criação da Universidade do Trabalho de Minas Gerais (Utramig), que, nos seus objetivos, incluía a formação de instrutores e professores de disciplinas específicas do ensino técnico industrial.

O primeiro dispositivo de regulamentação dos cursos especiais de educação técnica, conforme previsto pela LDB nº 4.024/61 foi o Parecer CFE nº 12/1967 objetivando esclarecer a finalidade destes cursos. A Portaria Ministerial nº 111/68, com base nesse Parecer, esclareceu que tais cursos seriam destinados aos diplomados em nível superior ou em nível técnico em cujos currículos figurassem disciplinas escolhidas para lecionar e definiu o mínimo de 720 horas-aula. Cursos reservados a formar instrutores teriam, pelo menos, 200 horas-aula. O Art. 59 foi também regulamentado pelo Parecer CFE nº 479/68, que estabeleceu a obrigatoriedade de seguir currículo mínimo e as orientações do Parecer nº 262/62, que fixava a duração da formação dos professores do ensino médio geral, incluindo as posteriores disposições que viessem modificar, esclarecer ou substituir tal dispositivo.

A reforma universitária (Lei nº 5.540/68) fez uma exigência que foi, porém, logo em seguida relaxada, determinando que a formação de os professores do ensino de segundo grau, tanto para disciplinas gerais quanto técnicas, deveria se dar em nível superior. Normas complementares (art. 16 do Decreto-lei nº 464/69) arguíram, contudo, que não havendo professores e especialistas formados em nível superior, exames de suficiência realizados em instituições oficiais de ensino superior, indicadas pelo CFE poderiam conferir esta habilitação. Tal Decreto-lei estabelecia, contudo, um prazo de cinco anos para a regularização da situação dos não diplomados em nível superior que na data da publicação da Lei nº 5.540/68 ministravam disciplinas específicas no ensino técnico ou exerciam funções de

administração e de especialistas no ensino primário, exigência que não foi, entretanto, atendida.

A Lei nº 6.545/78 transformou as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Cefets, trazendo grande expectativa. Dentre os objetivos apresentados era ministrar ensino em grau superior de licenciatura plena e curta, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas do ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos. Junto às expectativas estavam as apreensões e muitas consultas ao CFE de professores formados pelos Esquemas I e II sobre as chances que teriam de continuar no exercício da docência, já que agora se instituía a licenciatura (Parecer CFE nº 919/79; Parecer CFE nº 136/80; Parecer CFE nº 867/80; Parecer CFE nº 589/80; Parecer CFE nº 67/81 e Parecer CFE nº 335/82).

3.5 Redução da evasão

Para Rosemary Core (UFMG, 2013), não existem programas de acompanhamento do aluno dentro das instituições que, para além da questão financeira, ofereçam suporte didático, pedagógico e emocional. Ela conta que, em muitos lugares, os professores sequer sabem os nomes dos alunos de seu curso e, assim, não podem identificar estudantes prestes a abandonar a escola.

E acrescenta:

"Como a evasão é um processo, existem diferentes sinais enviados pelos alunos de que eles estão em "situação de risco" e que precisam ser captados. Identificar esse aluno é um trabalho difícil, mas muito menos complexo do que o de trazer o aluno de volta para a escola, depois que já a abandonou."

Core enfatiza os programas de assistência estudantil criado para repasse aos estudantes dos benefícios financeiros na forma de bolsa de inclusão social ou auxílios moradia, transporte e alimentação.

Além dos programas de assistência estudantil, a instituição busca reduzir a evasão por meio do controle de frequência e do acompanhamento pedagógico dos estudantes. O trabalho é realizado diretamente por equipes pedagógicas dos campi, que acompanham as ocorrências de evasão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Sob a perspectiva de alunos e professores, abordando a problemática da evasão escolar e, por observação, entende-se ser conveniente apresentar a constatação de um grupo de alunos, consultados nos corredores do instituto sobre o ensino profissionalizante conforme página 17.

Dos 10 professores do Estado de São Paulo entrevistados no III Colóquio na UFMG (2013) e em conversas informais, 3 deles responderam que já foram alunos da EJA e 3 não sabiam o que significa. Com referência à qualidade da EJA profissionalizante, 3 consideram excelente; 3, ótimo; 2, bom; 1, regular; e, 1 considera ruim. Já o EJA não profissionalizante para 5 dos professores é excelente, 1 acham ótimo, 2 bom, 1 regular e 1 ruim. Para os professores, as principais dificuldades em relação à EJA, são nesta ordem: a falta de políticas públicas adequadas a esse público, falta de material didático e falta de apoio dos professores e de interesse dos alunos. Na entrevista com os alunos, apenas 4 deles sabiam responder o que é EJA Profissionalizante. Relativo à qualidade do ensino da EJA Profissionalizante, 3 responderam que é excelente, 3 disseram ser ótimo e 4 responderam que é de boa qualidade. Para os professores, de modo geral e, para 7 dos alunos entrevistados, o EJA profissionalizante abre as portas para o mercado de trabalho, destacando que a procura da escola se dá tanto pela necessidade de se adquirir um conhecimento formal, como pela consciência de que nunca é tarde para retornar aos bancos escolares. Os estudantes em foco afirmam que “não tiveram oportunidades anteriores de frequentá-la e só agora, na ‘velhice’, estão tendo tempo de, pelo menos, aprender a escrever o nome e fazer umas contas para defender o seu ‘pão de cada dia’”, ilustrando ainda nesse parágrafo, outras necessidades que se destacam como na situação transcrita a seguir:

“Trabalho como recepcionista e meu marido como frentista de posto de combustível, *agente* precisa saber ler e escrever corretamente, porque às vezes é preciso anotar um recado ou ler algum documento dos Correios, por exemplo, e nós não sabemos.”

“Quando eu entrei na empresa para trabalhar, a exigência era mínima: ler e escrever o básico já dava. Mas hoje a empresa tá exigindo pelo menos o 1º grau, aí *agente* precisa correr atrás, se não perde o emprego.”

“Quando *agente* era novo não podia estudar, tinha que trabalhar para poder viver, então desde cedo que *agente* trabalha para ajudar os pais ou para

sustentar a família que *agente* construiu. Escola era só pra quem tinha tempo e algum dinheiro. Dava vergonha estudar de grande no meio da garotada. O tempo foi se passando e agora depois que os filhos já tão criados, os netinhos sabendo ler e escrever *agente* ta tendo a oportunidade de estudar na escola e aprender de modo mais legal.”

No ato da entrevista com tais personagens, percebia-se a tristeza de alguns por terem recomeçado um pouco tarde. Porém, notava-se a esperança nesse recomeço. Alguns deles sentiram-se desrespeitados, mais cedo, quando quiseram retornar aos bancos escolares não tiveram apoio de autoridades governamentais, ou mesmo, da família.

Com a oportunidade real, tais sujeitos sentem-se como cidadãos, com um espaço escolar seu para prosseguirem na vida profissional. Nessa linha, Gadotti (2007) sugere aos professores que apliquem metodologias que afirmem sua identidade aos jovens e aos adultos, seu saber e sua cultura. Por tal razão, é importante que esses jovens e adultos sejam incluídos no processo educativo com qualidade, impondo-lhes o desafio de aprender e de se instruir para o mercado de trabalho, caso percam essa oportunidade, poderão correr o risco da marginalização desse processo de formação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um número significativo de alunos e professores ainda não sabe a diferença entre a EJA profissionalizante e a EJA não profissionalizante, no entanto, todos concordam que ambas apresentam muitas deficiências, sobretudo esta última modalidade. A inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho é mais fácil quando esses jovens e adultos apresentam diplomas de cursos profissionalizantes. A oferta destes cursos seria uma das medidas na tentativa da inserção desse público no mercado de trabalho.

Por este motivo, tentou-se aprofundar a compreensão da natureza específica e contraditória das relações entre a prática educativa escolar e as práticas sociais fundamentais no interior do capitalismo. É um trabalho cujo cerne se define mais pela tentativa de apreender a problematidade que se submete às questões sobre relação entre prática educativa e a estrutura econômica social capitalista. Não foram exatamente apresentadas respostas sobre as questões, mas um enfoque das mesmas, com o propósito de revelar os problemas que as envolvem.

No decorrer dessa busca, constatou-se a existência de outros problemas que se classificam como coadjuvantes, emergindo de uma base objetiva determinada pela apreensão da realidade. No caso específico da didática, há uma forma historicamente determinada de apreender as relações entre educação e a prática fundamental de produção social da existência numa sociedade capitalista.

No primeiro momento, nota-se que os problemas causadores da evasão escolar, apreendendo as relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista, representam também o mecanismo ideológico burguês, ainda com uma visão dominante.

Num segundo momento, deduz-se que a prática educativa escolar entranha-se com a prática social fundamental imediatista de forma contraditória, atendendo a interesses antagônicos, por uma questão radical, historicamente tratando.

Somente pelo conhecimento, respeito e valorização do modo de vida da clientela a ser atendida, e pela consciência de seus reais problemas e superação da lógica evolucionista, pode-se construir um projeto didático que não reproduz fracassos anteriores, desestimulando a evasão. É necessário que a construção do projeto didático seja realizada em conjunto com diretores, professores e alunos.

O mínimo que se exige de um professor é que seja capaz de refletir sobre a história de sua disciplina, de interrogar os sentidos vários do trabalho histórico, de compreender as razões que conduziram à profissionalização do seu campo acadêmico; que seja capaz de sentir os desafios do tempo vigente, de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico, de participar criticamente na construção de uma escola mais atenta às realidades dos diferentes grupos sociais. (NÓVOA: in GAMBI, 2000)

Os agentes relacionados a esta prática educativa, com base nas experiências passadas, podem melhor coletar, julgar o dorso da teoria, práxis, posições da educação, medindo e operando assim um controle mais concreto e sensível do próprio saber e agir, contribuindo a didática como um instrumento produtor de competência das disciplinas e formativa, não abafando a consciência histórica a menor valor que outros instrumentos que usa e os contextos em que o usa.

Independentemente de quais sejam as razões da evasão escolar, não se dispensa uma estratégia didática de qualidade para a retenção. Dessa maneira, o avanço desta perspectiva condiciona-se ao mecanismo das forças externas e internas à escola. Paralelamente o quadro exige a ampliação de formação de intelectuais progressistas politicamente compromissados com a luta e o interesse da classe trabalhadora, teórica e tecnicamente instrumentalizada não apenas para entender a realidade na sua complexidade e diversidade mas principalmente para transformá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUAYO, Alfredo Miguel. **A Didática da Escola Nova**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 13^a. ed., 1966.

CHEVALLARD, Y. La Transposition Didactique: Du Savoir Savant au Savoir Ensigné. Grenoble, La pensée Sauvage, 1991. In: AGRANIONI, N. Tonin. **A Teoria da Transposição Didática e o Processo e Didatização dos Conteúdos Matemáticos**. Educere, Revista UNIPAR, PR, 2001.

CORE, Rosemary. **III Colóquio Internacional da Educação de Evasão Escolar**. UFMG, Set. 2013.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DEPRESBITERIS, L. **O desafio da avaliação da aprendizagem; dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo, EPU, 1989.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp: 1997.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Brasília: UNESCO, 2008.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FURTER, Pierre. **Educação Permanente e Desenvolvimento Cultural**. Trad. Teresa de Araújo Pena. Petrópolis: Ed. Vozes Limitada, 1974.

GAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP (FEU), 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCHESI, Álvaro. **O Que Será de Nós, os Maus Alunos?**, Porto Alegre: Artmed, 2005.

MASETTO, Marcos. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MOURA, Dante Henrique. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica**, Revista Brasileira da Educação Tecnológica nº1, Brasília, 2008.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa, Dom Quixote: 1992. In: GAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP (FEU), 1999.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Jogos de papéis: uma perspectiva para análise de desenvolvimento humano**. Tese de Doutorado, IPUSP, SP, 1988.

OLIVEIRA JÚNIOR, W. **A formação do professor para a Educação Profissional de nível médio: tensões e (in)tenções**. Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI.sp Vol 6, 2012. Disponível em <http://revistaeletronica.sp.senai.br/index.php/seer/article/viewFile/45/33> Acesso em set. 2013.

PERRENOUD, Ph. **Formando professores profissionais:quais estratégias? Quais competências?** 2.ed. Rev. Porto Alegre: Artmed, 2001.
_____ **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PETEROSSO, H. G. **Formação do professor para o ensino técnico**. São Paulo: Loyola, 1994.

PIAGET, J. **Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas**. São Paulo: Summus, 1992.

PROEP – PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico**. MEC, SET/2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988